



# Anais da Assembléia

Nº 33

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 15 DE ABRIL DE 1993.

ANO XIX

## MESA DIRETORA

**ORLANDO PESSUTI**  
Presidente - PMDB

**HERMAS EURIDES BRANDÃO**  
1º Vice-Presidente - BPI

**GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO**  
2º Vice-Presidente - PP

**ANIBAL KHURY**  
1º Secretário - PTB

**DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO**  
2º Secretário - PP

**BASILIO ZANUSSO**  
3º Secretário - PFL

**CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI**  
4º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## LIDERANÇAS

PMDB - Governo ..... Deputado **RENATO GUIMARÃES ADUR**  
PFL ..... Deputado **PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO**  
PDT ..... Deputado **PAULO MAIA DE OLIVEIRA**  
PTB ..... Deputado **ERONDY SILVÉRIO**  
PSDB ..... Deputado **ALCEU ANTONIO SWAROWSKI**  
PT ..... Deputado **FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)**  
PL ..... Deputado **JOSÉ COLOMBINO GRASSANO**  
PP ..... Deputado **NILTON ROBERTO BARBOSA**  
BPI ..... Deputado **LUIZ CARLOS ALBORGHETTI**

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

**PMDB - 12:** Airlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP - 10:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL - 06:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nenson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT - 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ormário Tólio - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João F Falavinha Iensen; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB - 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE - 07:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e da Cidadania

(\*) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

**3. SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 30.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 1993**

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Geraldo Cartário, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Zuk e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Heinz Herwig, João Preis, José Alves, Júlio Bifon, Lourenço Fregoneze, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni (45). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Alceu Swarowski, Carlos Simões, Eurides Moura, João Iensen, José Arthur Ritti, Namiir Piacentini, Neivo Beraldin e Nelson Garcia (08).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**S E S S Ã O .**

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede a leitura da Ata da Sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida.

**Aprovaça.**

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito verificação de votação da Ata.

O SR. DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR (Pela Ordem) - Senhor Presidente, requeiro chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - A Mesa defere e procederá à chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR (Pela Ordem) - Senhor Presidente, peço a desistência da chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - A Mesa procederá a verificação de votação da Ata.

(É procedida à verificação de votação).

Em votação a Ata.

**Aprovada.**

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

**E X P E D I E N T E :**

**Mensagem:**

MENSAGEM Nº 009/93

Curitiba, 14 de abril de 1993.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa o anteprojeto de lei que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração dos Orçamentos do Estado relativos ao exercício financeiro de 1994, dando cumprimento ao disposto no artigo 133, parágrafo 3º, em consonância com o artigo 22, inciso II, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

O anteprojeto de lei que ora encaminho, foi estruturado visando o aperfeiçoamento dos trabalhos relativos à elaboração dos Orçamentos do Estado, estabelecendo-se no Capítulo I as Prioridades da Administração Estadual.

O Capítulo II trata da Organização e das Estruturas dos Orçamentos, respeitados os princípios constitucionais.

O Capítulo III define as Diretrizes Gerais para Elaboração dos Orçamentos do Estado e Diretrizes Específicas do Orçamento Fiscal, Próprio da Administração Indireta e de Investimento relativo às Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.

Trata também este Capítulo das Vinculações Constitucionais das Receitas do Tesouro Estadual, das despesas vinculadas por contrapartida e contratos de empréstimo e financiamento; e do orçamento do Poder Legislativo, ao qual são destinados recursos de até 3% (três por cento) da receita de arrecadação própria do Estado, nos termos do art. 138 da Constituição Estadual. Ao Poder Judiciário estão destinados até 6% (seis por cento) das receitas de arrecadação própria do Estado, exceto das receitas vinculadas, percentual este que se tem mostrado adequado às necessidades de recursos daquele Poder.

O Capítulo IV dispõe sobre as Altera-

ções na Legislação Tributária referente ao exercício.

O Capítulo V trata de Outras Disposições a serem incluídas nos Orçamentos de 1994.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias encaminhada pelo Poder Executivo para discussão no Poder Legislativo, constitui-se num mecanismo de aprimoramento do processo de elaboração orçamentária e conseqüentemente de melhor gerenciamento dos gastos públicos.

Valho-me da oportunidade para reiterar a Vossa Excelência as expressões de minha mais alta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Ficam estabelecidas, nos termos desta lei, as diretrizes orçamentárias do Estado para o exercício financeiro de 1994 compreendendo:

- I - as prioridades da Administração Estadual;
- II - a organização e as estruturas dos orçamentos;
- III - as diretrizes para a elaboração dos orçamentos do Estado;
- IV - as disposições sobre as alterações na legislação tributária referentes ao exercício;
- V - outras disposições.

#### CAPÍTULO I

##### DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL

Art. 2º - Constituem-se em prioridades do Governo Estadual:

- I - a educação, saúde e segurança;
- II - o incentivo à produção agropecuária;
- III - a conservação do meio ambiente;
- IV - a habitação popular;
- V - o incentivo à pesquisa científica e tecnológica;
- VI - a infra-estrutura.

Art. 3º - As prioridades definidas no artigo anterior e seus detalhamentos, terão procedência na alocação de recursos nos orçamentos de 1994, observadas as ações constantes do Anexo desta Lei.

#### CAPÍTULO II

##### DA ORGANIZAÇÃO E DAS ESTRUTURAS DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º - O Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhará à Assembléia Legislativa, cumprindo o prazo previsto no artigo 22, inciso III do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado do Pa-

raná, será composto de:

I - anexo de legislação e de resumos da receita referentes aos orçamentos fiscal, próprio da administração direta e de investimentos das empresas públicas e sociedades de economia mista;

II - anexo de resumos gerais da despesa, segundo as fontes de recursos;

III - anexos dos orçamentos:

a) Fiscal, compreendendo os orçamentos dos Poderes Legislativo, Judiciário, Executivo e do Ministério Público, a que se refere o artigo 133, § 6º, I da Constituição Estadual;

b) Próprio das Autarquias, Fundações e Órgãos de Regime Especial, a que se refere o artigo 133, § 6º, II da Constituição Estadual;

c) de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, a que se refere o artigo 133, § 6º, III da Constituição Estadual.

Art. 5º - Os orçamentos fiscal e próprio das autarquias, fundações e órgãos de regime especial, discriminarão a despesa por unidade orçamentária, segundo a classificação funcional programática, observando o seguinte desdobramento:

##### DESPESAS CORRENTES

Pessoal e Encargos Sociais  
Juros e Encargos da Dívida  
Outras Despesas Correntes

##### DESPESAS DE CAPITAL

Investimentos  
Inversões Financeiras  
Amortização da Dívida  
Outras Despesas de Capital

Art. 6º - O Orçamento de investimento será apresentado por empresa e terá a despesa discriminada segundo a classificação fundacional programática.

#### CAPÍTULO III

##### DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO ESTADO

#### SEÇÃO I

##### DAS DIRETRIZES GERAIS

Art. 7º - No Projeto de Lei Orçamentária Anual as receitas serão estimadas e as despesas serão fixadas segundo os preços vigentes no mês de maio de 1993.

§ 1º - As despesas custeadas com financiamentos em moeda estrangeira serão convertidas em moeda nacional à taxa de câmbio vigente em 31 de maio de 1993.

§ 2º - Os valores de receita e despesa apresentados no Projeto de Lei Orçamentária Anual serão atualizados, antes do início da execução orçamentária, mediante aplicação de índice de variação de preços

no período de junho (inclusive) a novembro (inclusive) e a previsão do respectivo índice para dezembro de 1993, de acordo com critérios estabelecidos no próprio projeto de lei.

Art. 8º - Não poderão ser fixadas despesas, seja que estejam definidas as respectivas fontes de recursos.

Art. 9º - As receitas de órgãos, Fundos, Autarquias, Fundações, órgãos e Regime Especial e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado, serão programadas para atender prioritariamente gastos com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, contrapartidas de financiamentos e manutenção de atividades e de bens públicos.

Art. 10 - A programação de investimentos, em qualquer dos orçamentos integrantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual, não incluirá projetos novos em detrimento de outros em andamento.

Art. 11 - Fica vedada aos órgãos da Administração Direta e Indireta a previsão de recursos orçamentários para subvenções sociais a clubes, associações ou quaisquer outras entidades congêneres que congreguem servidores ou empregados e seus familiares, executados os destinados à manutenção de creches.

Art. 12 - O Projeto de Lei Orçamentária Anual, destinará recursos do Tesouro Geral do Estado aos Órgãos do Poder Executivo após deduzidos os recursos destinados:

I - ao pagamento de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho de 1993;

II - os recursos destinados ao fomento da pesquisa científica e tecnológica, de acordo com o artigo 205 da Constituição Estadual;

III - ao orçamento do Poder Legislativo, correspondente a até 3% (três por cento) da Receita Geral do Estado, excluídas as operações de crédito, as participações nas transferências da União e as receitas vinculadas;

IV - ao orçamento do Poder Judiciário, correspondente a até 6% (seis por cento) da Receita Geral do Estado, excluídas as operações de crédito, as participações nas transferências da União e as receitas vinculadas;

V - as despesas com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo;

VI - ao pagamento do serviço da dívida pública e do Patrimônio do Servidor Público - PASEP;

VII - as contrapartidas de programas

objetos de financiamentos nacionais e internacionais:

VIII - a programas de fomento e desenvolvimento através do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE; e

IX - a manutenção e desenvolvimento do ensino, correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) da receita de impostos, de acordo com o artigo 185 da Constituição Estadual.

Parágrafo Único - Os recursos remanescentes de que trata o "caput" deste artigo, serão destinados de acordo com os limites percentuais apresentados a seguir:

- Chefia do Poder Executivo.....até 10%
- Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia.....até 4%
- Procuradoria Geral do Estado.....até 1%
- Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral.....até 5%
- Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEPL.....até 14%
- Secretaria de Estado da Comunicação Social.....até 2%
- Secretária de Estado da Administração.....até 10%
- Secretaria de Estado da Fazenda.....até 8%
- Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEFA.....até 2%
- Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social.....até 2%
- Secretaria de Estado da Cultura.....até 2%
- Secretaria de Estado da Segurança Pública.....até 20%
- Secretaria de Estado da Saúde.....até 25%
- Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania.....até 12%
- Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento.....até 18%
- Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano.....até 8%
- Secretaria de Estado dos Transportes.....até 30%
- Secretaria de Estado do Meio Ambiente.....até 4%
- Secretário Especial do Esporte e Turismo.....até 2%
- Secretário Especial da Política Habitacional.....até 16%
- Ouvidor-Geral do Estado.....até 1%
- Secretário Especial para Assuntos Externos.....até 1%
- Secretário Especial da Indústria e do Comércio.....até 2%
- Ministério Público.....até 1%

Art. 13 - O Projeto de Lei Orçamentária Anual, concederá dispositivos autorizatórios para destinação específica de recursos do Tesouro Geral do Estado, para aquisição centralizada de materiais de consumo e permanente, à execução centralizada de materiais de consumo e permanente, à execução centralizada de reparos e

obras, bem como o pagamento de Pessoal e Encargos e despesas com energia elétrica (Companhia Paranaense de Energia - COPEL), água e esgoto (Companhia de Saneamento Básico - SANEPAR), e de serviços de processamento de dados (Companhia de Processamento de Dados do Paraná - CELEPAR).

Art. 14 - Os recursos recebidos pelo Estado, provenientes de convênios, ajustes, acordos, termos de cooperação e outras formas de contratos firmados com outras esferas de Governo, deverão ser registrados como receita orçamentária e suas aplicações registradas nas despesas orçamentárias de cada órgão celebrante do contrato, só podendo sofrer qualquer desvinculação por lei.

## SEÇÃO II

### DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS DO ORÇAMENTO FISCAL

Art. 15 - O Orçamento Fiscal para 1994 fixará as despesas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e do Ministério Público e estimará as receitas de recolhimento centralizado do Tesouro Geral do Estado, com um valor estimado preliminar em torno de Cr\$ 43.000.000.000.000,00 (quarenta e três trilhões de cruzeiros), a preço de maio de 1993.

§ 1º - O Orçamento Fiscal conterá as contas de receitas a serem transferidas para as Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.

§ 2º - A proposta orçamentária do Poder Legislativo será elaborada pela Assembleia Legislativa, e a proposta do Poder Judiciário será elaborada pelo Tribunal de Justiça, sendo apresentadas ao Poder Executivo, nos prazos estabelecidos nas instruções para a elaboração do Orçamento Geral do Estado.

Art. 16 - O Orçamento Fiscal terá as despesas com pessoal e encargos sociais fixados em 65% (sessenta e cinco por cento) do valor das receitas correntes, de acordo com o disposto nos artigos 38 e 17 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal e Estadual, respectivamente.

Art. 17 - Os recursos ordinários do Tesouro Estadual somente poderão ser programados para atender despesas de capital após atendidas as despesas com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, precatórios judiciais, contrapartidas de programas financiados e outras despesas com custeio administrativo e operacional.

Art. 18 - As programações custeadas com recursos de operações de crédito não

formalizadas serão identificadas no orçamento, ficando sua implementação condicionada à efetiva realização dos contratos.

Art. 19 - O orçamento fiscal conterá a previsão de recursos necessários para cumprimento ao disposto no artigo 137, parágrafo único da Constituição Estadual.

## SEÇÃO III

### DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS DO ORÇAMENTO PRÓPRIO DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Art. 20 - O Orçamento Próprio da Administração Indireta, relativo às Autarquias, às Fundações e aos Órgãos de Regime Especial, compreenderá as receitas próprias e as receitas de transferências do Tesouro Geral do Estado, bem como suas aplicações.

Art. 21 - Os montantes das despesas dos orçamentos próprios, não poderão ser superiores ao das respectivas receitas.

Art. 22 - Os orçamentos próprios deverão prever o custeio de despesas com pessoal com recursos próprios, na mesma proporção dos recursos do Tesouro.

## SEÇÃO IV

### DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

Art. 23 - O Orçamento de Investimento relativo às Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, compreenderá as receitas próprias e as receitas de transferências do Tesouro Geral do Estado, aplicadas na espécie investimento.

Art. 24 - Os montantes das despesas dos orçamentos de investimento não poderão ser superiores aos das respectivas receitas.

Art. 25 - A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária anual à Assembleia Legislativa será acompanhada de demonstrativos que informem os montantes por espécie de despesa, das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista que recebem subvenção do Tesouro Estadual para custeio de despesa com Pessoal e Encargos Sociais e com sua manutenção.

## CAPÍTULO IV

### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE AS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 26 - Na estimativa das receitas serão considerados os efeitos de alterações a Legislação Tributária até 31 de dezembro de 1993, em especial:

I - As modificações na Legislação Tributária decorrente da revisão do Sistema Tributário Nacional;

II - A concessão e redução de isenções

fiscais;

III - A revisão de alíquotas dos tributos de competência; e

IV - O aperfeiçoamento da cobrança da Dívida Ativa do Estado.

## CAPÍTULO V

### DAS OUTRAS DISPOSIÇÕES

Art. 27 - A Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, no prazo de 20 (vinte) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, divulgará os quadros de detalhamento de despesa, especificando por projetos e atividades, os elementos de despesas e respectivos desdobramentos, dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, com valores corrigidos na forma do disposto no § 2º, do artigo 7º desta lei.

Art. 28 - A Lei Orçamentária Anual indicará os critérios para a correção dos valores dos Orçamentos Fiscais, Próprio da Administração Indireta e de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, durante o período de execução orçamentária.

Art. 29 - Na Lei Orçamentária Anual, como em suas alterações não serão discriminadas as relações de instituições a serem beneficiadas com auxílio e/ou subvenções sociais.

Art. 30 - Ao Projeto de Lei Orçamentária Anual, poderão ser apresentadas emendas desde que:

I - sejam compatíveis com as disposições do parágrafo 3º do artigo 134 da Constituição Estadual;

II - não transfiram recursos próprios das entidades referidas nas Seções III e IV do Capítulo III;

III - não cancelem recursos superiores aos previstos na espécie a ser cancelada;

IV - não apresentem como destaque metas não previstas no projeto de lei;

V - não discriminem instituições a serem beneficiadas com auxílio e/ou subvenções sociais;

VI - não cancelem recursos de manutenção de órgãos e/ou entidades em detrimento de despesa de capital.

Art. 31 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

## A N E X O

### DAS AÇÕES PROGRAMÁTICAS

I - Educação, Saúde e Segurança

a) expansão do atendimento pré-escolar;

- b) melhoria da qualidade do ensino público de 1º e 2º graus;
- c) expansão da oferta do ensino fundamental e médio;
- d) expansão e melhoria do ensino agrícola;
- e) expansão da oferta de recursos didáticos e pedagógicos nos diferentes níveis da educação básica;
- f) ampliação da oferta do ensino profissionalizante;
- g) apoio a programas de alfabetização de jovens e adultos;
- h) melhoria das condições de atendimento da educação especial;
- i) continuidade do programa de racionalização e modernização do sistema de ensino superior;
- j) apoio a programas culturais com extensão do processo educacional;
- k) manutenção das ações de saúde especializada e dos centros de saúde;
- l) municipalização do atendimento básico de saúde;
- m) ampliação da produção e distribuição de medicamentos para a rede básica de saúde;
- n) ampliação do grau de controle na coleta e distribuição de sangue e hemoderivados;
- o) manutenção dos programas de segurança pública;
- p) aperfeiçoamento dos profissionais de segurança da polícia civil e militar;
- q) continuidade do programa integrado de atendimento a emergências.

II - Incentivo à Produção Agropecuária

- a) melhoria dos padrões genéticos dos rebanhos do Estado;
- b) desenvolvimento de condições adequadas de infra-estrutura para produção, escoamento e comercialização aos pequenos produtores rurais;
- c) apoio técnico e creditício ao pequeno e médio produtor rural;
- d) armazenamento, fomento, mecanização e apoio a programas especiais da produção agropecuária;
- e) continuidade dos programas de manejo integrado de solos e água.

III - Conservação do Meio Ambiente

- a) desenvolvimento de programas de educação ambiental;
- b) monitoramento e fiscalização dos recursos ambientais, inclusive em áreas indígenas, com vistas à redução da poluição ambiental;
- c) melhoria das condições de saúde e da qualidade de vida no meio urbano e rural por meio do saneamento ambiental, com o abastecimento de água potável e o tratamento de re-

síduos sólidos e detritos sanitários;

- d) desenvolvimento de ações voltadas ao controle de enchentes e a realização de obras de drenagens e despoluição de bacias hidrográficas;
- e) conservação e manejo dos ecossistemas e de sua biodiversidade.

#### IV - Habitação Popular

- a) continuidade ao programa de mutirão para atender com habitação popular as famílias paranaenses de baixa renda, da zona urbana e rural.

#### V - Incentivo à Pesquisa Científica e Tecnológica

- a) apoio a programas de pesquisa para o aumento da produtividade e melhoria dos padrões de qualidade do produto estadual;
- b) apoio à incorporação de novas tecnologias aos setores da agropecuária, indústria e serviços;
- c) apoio a programas de desenvolvimento da massa crítica de pesquisadores e tecnólogos para melhoria da qualidade e da produtividade;
- d) incentivo à pesquisa e desenvolvimento tecnológico nas áreas de biotecnologia, química fina e novos materiais.

#### VI - Infra-estrutura

- a) continuidade aos programas de eletrificação urbana e rural;
- b) continuidade aos programas de saneamento básico;
- c) ampliação do sistema ferroviário de cargas;
- d) continuidade aos programas de conservação da malha viária do Estado.

#### A Diretoria Legislativa

##### Ofícios:

OFÍCIO N° 1066/93

Senhor Presidente.

Apraz-me comunicar a Vossa Excelência minha mudança de agremiação político-partidária ocorrida ontem, 12 de abril, para o Partido Trabalhista Brasileiro, que com muita honra passo a integrar.

Na oportunidade reitero a Vossa Excelência meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 15.04.93.

(a) DALTON MACHUCA

OFÍCIO N° ATG 0722/93

Senhor Presidente.

Nos termos do disposto no artigo 87, inciso XI, da Constituição do Paraná, encaminho a Vossa Excelência o Balanço Geral

das contas da administração Direta e Indireta do Estado, relativo ao exercício de 1992, acompanhado do Relatório de Execução Física do Orçamento e do Relatório de Controle dos Bens Patrimoniais.

Sala das Sessões, em 15.04.93

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

##### Requerimentos:

##### REQUERIMENTO N° 847

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 182 do Regime Interno, ouvido o Plenário, REQUER regime de urgência para o Projeto de Lei n° 102/93, de autoria do Poder Judiciário.

Sala das Sessões, em 15.04.93

(a) COLOMBINO GRASSANO

##### REQUERIMENTO N° 851

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, com fulcro no disposto no art. 182 do Regimento Interno, regime de urgência para o Projeto de Resolução n° 11/92, que aprova relatório final da Comissão Parlamentar para Averiguação da Situação do Índio no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 15.04.93.

(a) DOUTOR ROSINHA

##### REQUERIMENTO N° 853

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2.ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 15.04.93.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

##### REQUERIMENTO N° 865

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada do Projeto de Lei n° 324/92, por 10 (dez) sessões.

Sala das Sessões, em 15.04.93

(a) DIRCEU MANFRINATO

##### REQUERIMENTO N° 869

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a

transformação da Sessão Plenária do dia 17 de maio em Simpósio de Debates sobre a Cafeicultura.

Sala das Sessões, em 15.04.93

(a) DIRCEU MANFRINATO

REQUERIMENTO N° 863

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da Polícia Militar, no uso de suas atribuições e de acordo com o § 3°, do art. 36 do Regimento Interno desta Casa, REQUER, após ouvido o douto Plenário, prorrogação do prazo de atuação da Comissão por mais 10 (dez) dias.

Sala das Sessões, em 15.04.93

(a) DOUTOR ROSINHA

Apoiamto: Colombino Grassano, César Silvestri e Plauto Miró Guimarães.

REQUERIMENTO N° 866

Senhor Presidente,

Os Deputados que este subscrevem, nos termos regimentais, REQUEREM à Casa, ouvido o Plenário, considerando a necessidade de ser dada continuidade à integração das regiões situadas a Oeste para a superação de eventuais tendências desagregadoras, e, tendo em vista igual movimentação da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, que vai promover uma sessão especial em Chapecó, no dia 30 do corrente, a constituição de uma Comissão Especial de Representação para participar daquele evento e dele recolher subsídios em proveito da causa da unidade paranista.

Sala das Sessões, em 15.04.93

(aa) ANIBAL KHURY

OSWALDO TREVISAN

ERONDY SILVÉRIO

ALGACI TÚLIO

LUIZ CARLOS ZUK

GERALDO CARTÁRIO

LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 844

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Osvaldo Busnardo Cachenski.

Sala das Sessões, em 15.04.93

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu, no último dia 08 de março, o Senhor Osvaldo Busnardo Cachenski, deixando viúva Dona Diva, filhos, netos e bisnetos.

O passamento de Osvaldo Busnardo veio

abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, entre os quais este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bençãos a cada um de seus filhos; Sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu servo Osvaldo.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Busnardo Cachenski, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 846

Senhor Presidente,

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja atribuído um voto de congratulação aos organizadores e participantes da V Copa do Mundo de Ponta Grossa, na pessoa do Prof° Antonio França Satiro.

Tal evento está sendo promovido pela Fundação Educacional 31 de Março, durante todo o mês de maio, na cidade de Ponta Grossa.

A Copa do Mundo de Ponta Grossa, que está na sua 5ª versão, é uma festa de confraternização das nacionalidades radicadas nos Campos Gerais.

Sala das Sessões, em 15.04.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 849

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado em Ata da presente sessão, "Votos de Congratulações" e manifestações de regozijo pela passagem do 47° Aniversário de Instalação da Comarca de Piraí do Sul, expressões essas que atribui às pessoas do Excelentíssimo Senhor Marcelo Zanella Milléo, Digníssimo Prefeito Municipal, ao Ilustríssimo Senhor Elio Muller, Mui Digno vice-Prefeito Municipal, ao Excelentíssimo Senhor Dr. Mário Helton Jorge, Meritíssimo Juiz de Direito daquela Comarca, a Ilustríssima Senhora D. Elaine Sanches, Mui Digna Promotora de Justiça, ao Excelentíssimo Senhor Vereador Dr. Victor Miguel Milléo, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal, ao Ilustríssimo Senhor Vereador César Veiga de Mello, Mui Digno vice-Presidente da Câmara, ao Ilustríssimo Senhor Vereador Luis Carlos Alves da Silva, Mui Digno Primeiro Secretário da Câmara, ao



Ilustríssimo Senhor Vereador Parailio de Oliveira King, Mui Digno Segundo Secretário da Câmara e demais Ilustres integrantes daquela colenda Casa, Vereadores Lauro Lopes Teixeira, Sebastião Dalcool Ribas, Jair Fernando de Oliveira, Kamal El Asckar e Guilherme Jonker.

Da decisão do Plenário, requer, ainda, seja dada ciência àquelas autoridades, através da Prefeitura Municipal.

Sala das Sessões, em 15.04.93

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

#### REQUERIMENTO N° 845

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de saudades ao Presidente Tancredo Neves, pela passagem do 8° aniversário de sua morte, no próximo dia 21 de abril.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência a Senhora Risoleta Neves.

Sala das Sessões, em 15.04.93

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

A vida do Presidente Tancredo Neves foi sempre cercada do respeito e admiração de todos nós brasileiros que com muita saudade relembramos o dia 21 de abril, que neste 1993 assinala a passagem dos oito anos do seu desaparecimento.

Tancredo Neves, cuja morte traumatizou toda a Nação brasileira foi o paladino da liberdade e o missionário da democracia que tanto lutou para resgatar o Brasil para o seu povo que se viu privado do comando austero daquele a quem escolheu como "GUIA".

Ele foi sem dúvida alguma, o maior político de sua classe e de sua geração. Foi um sábio na medida em que conhecia a natureza humana.

Queremos, através deste voto, reverenciar a memória de Tancredo Neves cuja lembrança permanecerá viva entre todos os brasileiros.

#### REQUERIMENTO N° 859

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, Elias Abrahão, manifestação desta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná no sentido de suprir necessidade de instalação de curso de 1° grau, 5.ª a 8.ª série, na Escola Amyntas de Barros, situado na Vila Esplanada, em Pinhais, em atenção a abaixo-assinado em anexo.

Sala das Sessões, em 15.04.93

(a) PAULO MAIA

#### JUSTIFICATIVA:

Manifestação legítima e organizada dos moradores da Vila Esplanada, do Município de Pinhais, através de abaixo-assinado, solicita a instalação do educandário de ensino fundamental na localidade, com finalidade de atender a demanda efetiva das crianças em idade escolar. Cumpre ao Estado, avaliada a necessidade, suprir esta demanda do ensino fundamental, posto que Educação é direito inalienável de todo o brasileiro.

#### REQUERIMENTO N° 850

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, com fulcro no art. 132, § 3°, inciso VIII do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Tribunal de Contas do Estado, a fim de que proceda a imediata realização de auditoria nos órgãos extintos pela Lei 10.066, de 27 de julho de 1992 (SUREHMA e ITCF), na forma do art. 19 do mesmo diploma legal.

Outrossim, esclarece que a referida auditoria deveria ter sido realizada no prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar de 27/07/92, conforme lei.

Sala das Sessões, em 15.04.93.

(aa) DOUTOR ROSINHA

OVIDIO CONSTANTINO

ERNANI PUDELL

#### REQUERIMENTO N° 854

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja remetido expediente ao ilustre Presidente do Banco do Brasil, no sentido da revisão do processo relativo ao fechamento das agências localizadas nos Municípios de Rio Azul e Teixeira Soares.

A decisão do fechamento das aludidas agências, causou prejuízos irreparáveis à economia desses Municípios, muito particularmente aos pequenos e médios produtores rurais que dependem do apoio financeiro dessa Instituição.

Em face dos motivos aqui apresentados, renovamos o nosso apelo, para que o Banco do Brasil reveja os critérios que efetivaram tal posicionamento.

Sala das Sessões, em 15.04.93.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO N° 855

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Diretor do DNER, Regional Paraná, solicitando

do a implantação de redutores de velocidade no trevo de acesso à municipalidade de Porto Amazonas, na BR-277.

Tal medida, visa diminuir os acidentes que ali ocorrem com relativa frequência, inclusive ceifando vidas, devido à periculosidade do local que não oferece segurança.

No aguardo de sua aquiescência, agradeço.

Sala das Sessões, em 15.04.93.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO N° 856

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente do Excelentíssimo Senhor Maurício Requião de Melo e Silva, Digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, no sentido de que seja repassado à Escola Estadual Pamphilo dos Santos E.P.G., material permanente tais como, mesas, cadeiras, armários, máquinas de escrever e somar, enfim, o necessário para adequar a escola condições de funcionamento.

Sala das Sessões, em 15.04.93.

(a) NELSON GARCIA

#### JUSTIFICATIVA:

Trata-se de um pedido revestido de grande apelo social, uma vez que a escola se encontra sem recursos para se equipar adequadamente visando atender a demanda.

#### REQUERIMENTO N° 857

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente, ao Excelentíssimo Senhor Roberto Requião de Mello e Silva, digníssimo Governador do Estado, e ao Excelentíssimo Senhor Heitor Wallace de Mello e Silva, digníssimo Diretor Presidente do Banco do Estado do Paraná - BANESESTADO, no sentido de que inserido, dentro dos programas especiais da carteira de Fomento o Programa Bom Emprego Agroindustrial, os pequenos e médios empresários de Cafezal do Sul.

Sala das Sessões, em 15.04.93.

(a) NELSON GARCIA

#### JUSTIFICATIVA:

O BANESESTADO está junto às Prefeituras e da população paranaense há muito tempo, é o agente financeiro do Governo Estadual e está apto a ser o Banco do Município.

Im uma das muitas carteiras que o BANESESTADO mantém para ajudar as famílias do Paraná, carteiras estas responsáveis pelos Programas Especiais do Governo, e a do programa Bom Emprego Agroindustrial, cujos financiamentos são destinados às pequenas e micro-empresas agroindustriais

existentes ou em processo de implantação.

Atua como repassadora de recursos do PEDU (Plano Estadual de Desenvolvimento Urbano) destinado ao fortalecimento institucional das administrações municipais e execução de obras de infra-estrutura nas cidades.

#### REQUERIMENTO N° 860

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário o envio de expediente à FUNDEPAR - Fundação Educacional do Estado do Paraná, solicitando verbas no valor de Cr\$ 100.000.000,00 (Cem milhões de cruzeiros), conforme plano de aplicação em anexo, para a APMI - Associação de Proteção à Maternidade e a Infância de Doutor Camargo, situada na Rua Miguel Couto, n° 75, e tendo como Presidente a Senhora Marlene Rosi Requena Nocchi.

Sala das Sessões, em 15.04.93.

(a) JOSÉ ALVES

#### REQUERIMENTO N° 861

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Senhor Doutor Rubens Abrahão Tanure, Mui Digno Superintendente Regional da Polícia Federal no Estado do Paraná, solicitando a implantação de um Posto de Atendimento da Polícia Federal em Maringá.

Maringá polariza um grande número de municípios, congregando comunidades que necessitam contar com um Posto de Atendimento da Polícia Federal, que será de grande valia, e virá de encontro as aspirações dos moradores da região noroeste do Estado, prestando um serviço aos interessados à naturalização, na requisição de segundas vias ou novas carteiras de identificação, repasse de cédulas de identidade e documentos em Geral, já que é significativo o número de estrangeiros radicados na Região.

Sala das Sessões, em 15.04.93.

(a) JOSÉ ALVES

#### REQUERIMENTO N° 862

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente à FUNDEPAR - Fundação Educacional do Estado do Paraná, solicitando o atendimento urgente da solicitação feita através do Ofício n° 010/93, conforme cópia anexo, à Escola Estadual Antonio Francisco Lisboa, sito a Rua Maringá, n° 30 em Sarandi.

Tal solicitação se faz necessário em virtude do aumento de alunos naquele esta-

bêlecimento de ensino, que possui 04 (quatro) turnos de aula.

Sala das Sessões, em 15.04.93.

(a) JOSÉ ALVES

#### REQUERIMENTO N° 843

Senhor Presidente.

A COMISSÃO DE FINANÇAS, por seu Presidente e Relator do Projeto de Lei n° 080/93, de autoria do Deputado Dalton Machuca, que dá nova redação aos parágrafos primeiro, itens IV a XIII e quinto do artigo 66, da Lei n° 8933, de 26/01/89. REQUER, na forma prevista pelo artigo 28, inciso V, combinado com o artigo 131, ambos da Resolução n° 159/90, que independentemente de discussão e votação, se digne Vossa Excelência em encaminhar a Secretaria da Fazenda, para que a mesma se pronuncie a propósito da proposição em apreço, tendo em vista tratar-se de assunto complexo e de importância.

Sala das Sessões, em 15.04.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE

NEREU MOURA

#### REQUERIMENTO N° 864

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER a transcrição nos Anais da Casa do anexo artigo do Ministro José Eduardo de Andrade Vieira, publicado no Jornal Indústria e Comércio, edição de 14 do corrente mês, com o título "Constituição sem Donos".

Sala das Sessões, em 15.04.93.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

#### JUSTIFICATIVA:

Os próprios termos do artigo servem como brilhante fundamentação.

As palavras do eminente Senador e Ministro José Eduardo de Andrade Vieira no discurso proferido na abertura do IV Fórum da Liberdade, em Porto Alegre, só vem evidenciar uma vez mais a velhice precoce de que foi acometida a Constituição Federal de 1988.

Ainda não totalmente regulamentada, a Constituição pátria sofre a desatualização da maioria dos seus conceitos.

Como bem disse o eminente palestrista, deve-se agradecer à visão de alguns dos Constituintes que fizeram constar a previsão de uma revisão constitucional após cinco anos de promulgação.

É necessário que alerte-se a sociedade brasileira da importância crucial desta revisão, não desperdiçando-se outra chance para melhorar as condições sociais e econômicas de vida do brasileiro.

#### Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 005/93

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### R E S O L V E:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área adiante descrita, no município de Miraselva, para que a respectiva população decida sobre a criação do município de Prado Ferreira:

"Começa na nascente do Ribeirão do Capim, na divisa intermunicipal com Jaguapitã.

Do ponto inicial desce pelo Ribeirão do Capim até a foz do Córrego Taquarana, deste ponto sobe pelo Córrego Taquarana até a sua nascente, deste ponto em linha seca rumo leste até encontrar a nascente do Córrego Itaúna, desce por este até a sua foz no Córrego Mita Cunha, desce por este até a sua foz no Ribeirão Vermelho, sobe por este até a foz do Ribeirão Grande, sobe por este até a foz do Córrego Doutor Carlos, sobe por este até a sua nascente, deste ponto em linha reta e seca rumo noroeste até a nascente do Ribeirão do Capim, ponto inicial e final".

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.04.93.

(a) SEVERINO FELIX

#### Projetos de Lei:

#### PROJETO DE LEI N° 128/93

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação de Proteção à Maternidade e a Infância" - APMI, com sede e foro na cidade de Campina Grande do Sul - Pr.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.04.93.

(a) ANIBAL KHURY

#### JUSTIFICATIVA:

A "Associação de Proteção à Maternidade e Infância", APMI, é instituição sem fins lucrativos, que visa o aprimoramento intelectual e físico da criança; como a correção de defeitos de pronúncia, articulação e concordância, o desenvolvimento da coordenação motora e visomotora, a localização espacial (esquerda, direita, centro, vizinhança, fronteira, etc.), o convívio em família, o habitat do homem, a origem das coisas e das pessoas, noções de música, o ritmo do corpo, a respiração, bem como tudo mais que proporcione a formação integral da criança.

Isto posto, requer-se o apoio dos nobres Deputados, para que aprovem esta proposição, investindo, assim, no futuro de nosso País.

PROJETO DE LEI N° 129/93

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a doar ao município de Farol a área de terras com 10.000 m<sup>2</sup> (dez mil metros quadrados), formada pelas datas da quadra n° 2, da Planta Farol e a área de terras com 10.000 m<sup>2</sup> (dez mil metros quadrados) formada pelas datas da quadra n° 7, da mesma planta, ambas situadas no Perímetro Urbano do Município de Farol, objeto das transcrições n°s 30.845 e 30.846, respectivamente, do 1° Ofício de Registro de Imóveis de Comarca de Campo Mourão.

Parágrafo Único - As áreas de terras de que trata o "caput" deste artigo serão utilizadas para a construção de um conjunto habitacional pelo Programa "Casa da Família".

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, inclusive, a Lei n° 9.523, de 08 de janeiro de 1991.

Sala das Sessões, em 15.04.93.

(a) TOTI COLAÇO

JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO ESTADUAL A DOAR AO MUNICÍPIO DE FAROL, ÁREA DE TERRAS QUE ESPECIFICA:

Através da Lei Estadual n° 9.785, de 25 de outubro de 1991, o município de Farol passou a ser considerado um novo ente político do Estado do Paraná, com autonomia administrativa para gerir em parceria com o Governo do Paraná, a busca incessante da melhoria de qualidade de vida dos nossos concidadãos.

A área de terras que se pretende através da presente lei, servirá para iniciar-se no novo município o Programa de Habitação Popular "Casa da Família", responsável pela construção da casa própria de qualidade ímpar e mais barata do País, abrigando munícipes que há muito acalentam esse ideal.

Ciente da sensibilidade dos nobres Pares desta Augusta Casa de Leis, principalmente face às dificuldades dos novos munícipes paranaenses, que precisam de uma atenção efetiva, contamos com a aprovação da matéria em tela.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No primeiro Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Oví-

dio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Venho a esta tribuna trazer, mais uma vez, a nossa preocupação e quero crer que seja uma preocupação de grande parte do povo do Paraná, com relação à Segurança no nosso Estado.

Apesar das falácias, dos discursos bonitos, apesar de ser uma prioridade do Governo Requião a segurança no Paraná, e também apesar das falácias do Secretário de Segurança nas fitas de vídeos gravadas e espalhadas pelo Paraná, pelo Brasil, e até pelo exterior como a imprensa pública com algumas vanglórias do Secretário Favetti, eu trago aqui a minha preocupação e mais alguns fatos novos que nos preocupam nessa área no Paraná.

Nós já sabemos que contrabandos de armas pesadas foram realizados pelos fazendeiros no Paraná, a imprensa denunciou largamente isso. Pouco ou nada se ouviu falar em nenhum momento de soluções ou de prisão de alguns contrabandistas de armas, fazendeiros, que formam suas milícias privadas no Paraná. Os sem-terras tomam armamentos pesados, inclusive contrabandeados, de fazendeiros em Ibema, a imprensa denuncia, o Secretário vai lá busca as armas e não se viu falar nada do que se fez e que medidas se tomaram a respeito do fato.

No município de Nova Fátima, no ano passado, onde lá estive, um trabalhador rural foi assassinado num acampamento dos sem-terras e as denúncias correram soltas de que o comandante da pistolagem de um grupo dos pistoleiros que fizeram o assassinato é um policial militar licenciado ou afastado, ou qualquer coisa nesse sentido, da Polícia Militar do Paraná. Não se viu nenhuma solução para se averiguar ou encontrar o culpado ou não se viu até o momento a caça para encontrar o culpado daquele assassinato.

Os últimos fatos que aconteceram no Paraná que foram assuntos internacionais, que é o caso de Campo Bonito, não é preciso repetir aqui nesta Casa porque é do conhecimento de todos o que se fez, o que a Polícia fez no nosso Estado. Várias questões que estão com dúvida e que esperamos que a comissão presidida pelo Deputado Nereu Moura vá encontrar os reais culpados pelo início daquela tragédia.

Agora, eu quero trazer mais dois fatos aqui a esta Casa porque acho que nos mostram o caminho para que a CPI instalada aqui não se limite ao fato específico de Campo Bonito porque para falar sobre o fato específico de Campo Bonito é necessário ver a ação e aprofundar as investigações

sobre a ação da polícia secreta ou P2 como se chama no Paraná pelo início daquela tragédia de Campo Bonito. Nós temos aqui dois fatos lamentáveis que ocorrem em nosso Estado após o caso de Campo Bonito.

No município de Toledo, o jornal "O Estado do Paraná", do dia 25 passado, publica um fato muito sério porque envolve menores, Deputada Emilia Belinati. É de apavorar as ações que as polícias militar e civil vêm fazendo em nosso Estado. Um menino de doze anos foi preso no portão de sua casa por duas pessoas paisanas, com carro sem identificação nenhuma, algemado espancado e levado à delegacia para averiguar um roubo de um video cassete. A imprensa, tomando conhecimento do fato, se dirigiu à casa do menino, juntamente com dois vereadores, e constatou o seguinte depoimento (o menino relata o seguinte depoimento):

"Eles queriam saber onde estava o video cassete que havia sido roubado. Bateram-me até na nuca com a metralhadora, meu nariz sangrava e eu estava algemado, não apenas nas mãos, mas também nos pés. Dizia que nada sabia sobre o assunto. Fui jogado num monte de pedras no interior da 3ª Companhia e continuei apanhando, explica o menor. Uma hora depois, segundo os cálculos dele e de sua mãe foi solto, porém obrigado a entrar num banheiro, tomar banho, lavar a camiseta branca que estava toda suja, rasgada e suja de sangue, para depois mandarem o menino para casa.

O laudo médico, divulgado pelo médico legista do Instituto Médico Legal de Toledo, Dr. Luiz Fernando de Andrade, comprova "equimoses e hematomas em diversas regiões do corpo do menino".

O Capitão Mello, comandante do destacamento da PM de Toledo, diz o seguinte:

"O pronunciamento dos policiais é errado". E este destacamento pertence ao Batalhão de Cascavel, onde a raiva da polícia permaneceu imune até o momento depois do fato de Campo Bonito. Uma criança, menor, sendo presa por dois policiais que foram depois identificados como policiais da Polícia Secreta, terem a coragem de fazer ao menor este tipo de banditismo. Isto sim, podemos dizer. Banditismo.

Então, Sr. Presidente, trago a esta tribuna e a esta Casa o seguinte: faço questão de ler aqui um fax recebido hoje pelo Governador Roberto Requião e que tive a oportunidade de receber a cópia do mesmo, enviado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra do Estado de São Paulo. Diz o seguinte:

"Tenho a honra de dirigir-me a vossa Senhoria, para expor os acontecimentos no Município de Mirante, Estado de São Paulo, que envolve a polícia de vosso Estado, em caso de tortura.

A polícia do Paraná, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não está mais se contentando com torturas e com os atos que faz aqui no nosso Estado. Está invadindo outros territórios.

No dia 04.04.93 o trabalhador rural sem-terra Roberto Moisés, assentado em um projeto de Reforma Agrária no Estado de São Paulo, foi parar em uma festa de Rodeio na Cidade de Santa Inês PR, quando ia entrando no parque foi preso por dois Policiais Militares de Colorado visto por várias testemunhas, levado até a Delegacia de Itaguajé, lá foi entregue ao Delegado da Polícia Civil Dr. Benico Zanuco dos Anjos e o Delegado de Santo Inácio Dr. Gilberto Justiliano, depois de preso os Delegados comandaram a seção de torturas, choque elétrico, afogamento, pau-de-arara, como provam os laudos médicos, feitos no Hospital e onde o rapaz se encontra internado.

Gostaria de trazer mais uma denúncia destes delegados e polícias destas duas comarcas. Estes mesmos já tiveram várias vezes no Estado de São Paulo no Acampamento dos Sem-Terras sem explicar o que lá estavam fazendo, comunicamos, a Polícia do Município e ela não sabia destes fatos.

Portanto, gostaria que o Governo que sempre tem defendido a reforma agrária, e a Justiça Social, na qual o nosso Movimento é Prova, pode se tomar providência com urgência e explicasse:

Se tem ordem para a polícia deste município atuar em outro Estado.

Se esta mesma polícia tem ordem para torturar qualquer tipo de pessoa.

Informamo-lhe que as perguntas feitas a este trabalhador são muito estranhas "Quem é o líder no acampamento, qual a próxima fazenda vai ser invadida". Nós vamos ao conhecimento do Governador Fleuri, e todas as autoridades do Estado de São Paulo.

Na certeza de contar com seu apoio, atenciosamente,

JOSÉ R. JUNIOR"

Senhor Presidente, Senhores Deputados, é lamentável que mais um fato desse ocorra com a nossa polícia do Estado do Paraná.

Cabe aqui nós levantarmos a grande preocupação e dizermos ao Governo do Paraná e ao Secretário de Segurança, o que está fazendo a nossa Polícia Militar e a nossa Polícia Civil.

Dá para reafirmar aqui aquilo que já denunciemos: ou a Polícia está fazendo um governo paralelo ou o Governador Requião instalou um novo DOI-CODI no Estado do Paraná.

Como se explica a nossa Polícia fazer tamanhas barbáries e invasões de competência desta forma?

No Município de Pudero Sampaio (SIC),

em São Paulo, onde está o assentamento, na Fazenda Santa Clara, na divisa com o nosso Estado, este menino, este moço, este líder do acampamento, que veio a uma festa no Município da região que se chama Itaguajé, no Paraná, foi torturado a tal ponto, da Polícia pensar que ele estivesse morto e foi jogado numa capoeira, num mato, na divisa já do Estado de São Paulo, novamente.

Ele foi encontrado por uma pessoa, um velhinho, que vendo que ele ainda estava com vida, chamou pessoas, socorreram e levaram ao hospital.

Ainda hoje, este trabalhador está entornado, com torturas, com este tipo de denúncias e torturas, como foi colocado neste fax, comunicado hoje ao Governador do Paraná.

A Polícia se nega a dar explicações. A Polícia envolvida, do nosso Estado, ao ser interrogada, quando testemunhas afirmaram que este trabalhador foi preso pela Polícia do Paraná, não teve outra alternativa a não ser confirmar que havia sido preso o referido trabalhador.

Mas, o Delegado que aqui cita, Senhor Benedito Zanuco dos Anjos (SIC) está sumido da Cidade da qual ele é Delegado: Itaguajé, de medo. E para não dar explicações para o fato, até que não fosse sido descoberto, o Delegado negava o fato. Quando foi comprovado que a Polícia prendeu este trabalhador e que depois ele foi supostamente morto, jogado no Estado de São Paulo para isentar a participação da nossa polícia, o Delegado sumiu da cidade. Não foi encontrado ontem, pela imprensa.

Há necessidade de que a polícia do Paraná, o Governo do Paraná, o Secretário de Segurança, José Moacir Favetti, dêem explicações à sociedade, qual é o seu poder e qual o poder da polícia e do Governo do Paraná para invadir outros Estados, para torturar trabalhadores e continuar o massacre da vingança, da caça aos trabalhadores e da sua ganância ou da sua gana contra a reforma agrária em nosso País.

Exigimos explicações para este caso, pelo Governo do Estado do Paraná, Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Esta Presidência, por solicitação do Deputado Luiz Carlos Zuk, comunica que se encontra presente, nesta Casa, o Prefeito de Reserva, Senhor João Cheremetta (SIC) e seu filho.

Convidamos o Senhor 2º Secretário, Deputado Dirceu Manfrinato, a ocupar o seu cargo, aqui na Mesa, juntamente com o Senhor 3º Secretário, Deputado Basílio Zannusso.

E por coincidência, o Presidente tam-

bém.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Encerrado o horário destinado ao Pequeno e ao Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consultamos à Liderança do PDT se deseja fazer uso do seu horário.

Concedemos a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Sra. Deputada, Srs. Deputados.

Temos acompanhado nos últimos dias, nesta Casa, alguns questionamentos a respeito da área de Segurança Pública do Estado do Paraná, e agora mesmo fazia um relato aqui o Deputado Ovídio Constantino.

Na semana passada vimos esta Casa lamentavelmente rejeitar um pedido de informações a respeito de fatos que estariam ocorrendo na cidade de Maringá, eu desejo tornar público aqui e recomendar os Srs. Parlamentares de que esta Casa tem uma Comissão de Segurança Pública, e gostaria que os Srs. Parlamentares usassem e utilizassem esta Comissão que não está aqui apenas para dar parecer em projetos de lei que necessitem passar por esta Comissão.

Queremos, a exemplo do que fizemos nos dois primeiros anos que assumimos esta Casa, que assumimos a Presidência da Comissão de Segurança Pública, fazer esta Comissão funcionar no seu todo, trazendo para esta Casa debates, simpósios, enfim, questionar os homens que dirigem e que são responsáveis pela Segurança Pública do Estado do Paraná.

Então, eu apelo aos Srs. Parlamentares e até mesmo para que a Comissão tome conhecimento do que ocorre, das reivindicações que todo o requerimento, todo o pedido de informações, tudo o que se relaciona com a Segurança Pública do Paraná e que é colocado à Mesa desta Casa, seja encaminhado uma cópia para a Comissão de Segurança Pública, para que nós, como Presidente da Comissão e demais integrantes, possamos saber e tomar medidas como até a formação de uma ida de elementos desta Comissão a determinado ponto do Estado do Paraná para verificar essas denúncias.

Entendo que as denúncias feitas aqui pelo Deputado Florisvaldo Fier na semana passada, dentro do seu pedido de informações, requer um posicionamento desta Comissão de Segurança Pública.

Precisamos desses dados para evidentemente através da Comissão, da nossa Assessoria desta Comissão, fazer chegar ao Diretor da Polícia Civil, ao Secretário da Segurança Pública, ao Comandante da Polícia Militar, fazer chegar via comissão, se é difícil o pedido de informações passar pelo Plenário - ora, a comissão é um

instrumento que pode agilizar a chegada desse pedido de informações aos órgãos competentes.

Por isso, quando aqui vem o Deputado Ovídio Constantino relatar os fatos ainda com relação à questão de Campo Bonito, toda essa situação, agora mesmo um das viúvas de um dos policiais que foi abatido está exigindo um ressarcimento do Governo do Estado, exigindo uma indenização pela morte do seu marido, e ela tem todo esse direito. Então, é preciso que tudo isso venha realmente ao conhecimento desta Casa, em especial da Comissão de Segurança Pública, da qual somos o Presidente.

Temos um vasto material para discutir em relação à questão de Segurança Pública, precisamos questionar o Comandante da Polícia Militar, o Secretário da Segurança Pública, com relação de quem mora em Curitiba, de quem passa por um módulo policial em Curitiba, vê o descaso dos módulos policiais fechados ou com as portas arrebentadas, com as paredes estouradas e entregues à sanha dos marginais ou alguém até que ocupa o módulo policial para transformá-lo numa quitanda.

É profundamente lamentável esta situação e ninguém veio publicamente explicar o que é que vai ser feito desse módulo policial. De repente um sem casa, um sem teto, vai lá ocupar aquele módulo porque ele está abandonado, ele está na praça pública abandonado sem nenhum esclarecimento.

Cra, se o Governo não tem interesse no módulo policial, se não é da política do atual Comando da Polícia Militar a utilização do módulo policial, então que se desmante de uma vez, porque pode provocar a irvasão desses módulos policiais por pessoas sem teto e aí vai criar um problema sério para o Governo do Estado. Ou então, vamos permitir que alguma entidade, alguma associação de bairro onde está aquele módulo policial, utilize aquele existente para alguma comunicação, para um serviço de utilidade pública. Enfim, tem que se dar um destino para isso.

A nossa Comissão de Segurança Pública, a partir da semana que vem, vai começar a elaborar um programa de trabalho onde vamos entrar a fundo na questão da segurança pública no Estado do Paraná. Porque não é mais possível vermos os desmandos que estão acontecendo aí.

Para isso eu espero e conto com o apoio dos Srs. Parlamentares para que ao mesmo tempo que encaminhe para a Mesa um pedido de informações, que mandem uma cópia para a Comissão de Segurança Pública, para ela tomar conhecimento e opinar a respeito desse requerimento.

Com aparte o Deputado Paulo Maia.

O Sr. Paulo Maia - Eu me solidarizo com o

pronunciamento de Vossa Excelência, como também do Deputado Ovídio Constantino, e reforço que nesta Casa não apenas a Oposição tem se pronunciado a respeito desta preocupação, como os próprios companheiros Deputados aqui que dão sustentação ao Governo têm manifestado a preocupação quanto à insegurança que está havendo hoje em termos de Estado do Paraná. E nós até temos que registrar a preocupação, porque hoje ficamos sabendo e aproveito até a oportunidade, e Sua Excelência o Presidente desta Casa também deve ter conhecimento da situação caótica e difícil pela qual passa a segurança no Município de Ivaiporã.

Estamos sabendo que a comunidade estará se reunindo neste final de semana para tratar desta questão. Agora, o problema não é tão simples como se possa imaginar, as viaturas policiais não têm combustível, se as prefeituras não mantiverem as viaturas com combustível, elas terão que parar. Então, a responsabilidade está sendo muito grande para os municípios, que já estão em situação pré-falimentar. Se elas não mantêm o combustível das ambulâncias nos respectivos municípios, com certeza não funciona. E a nossa insegurança no Município de Ivaiporã está trazendo uma preocupação muito grande a exemplo do que a gente já viu citado aqui por outros Deputados em suas respectivas regiões.

Não vamos muito distante. A nossa capital hoje está vivendo um clima de insegurança, estamos vendo assaltos abertos em pleno centro da cidade: é contra crianças, é contra senhoras. A coisa anda solta. O problema do Paraná não é problema da segurança; é o problema da insegurança.

Creio que Vossa Excelência está sendo muito feliz no seu pronunciamento, em chamar à responsabilidade desta Casa em termos da Comissão de Segurança que está aí não para enfeite, mas para fazer um trabalho efetivo, eu tenho certeza que Vossa Excelência o fará com o apoio daqueles que compõem a respectiva Comissão.

O SR. ALGACI TÚLIO - Para concluir.

Vossa Excelência falou em viaturas, para se ter uma idéia, em Curitiba o Instituto Médico Legal não tem viatura, não tem ambulância para recolher os corpos de vítimas de acidentes, de assassinatos. As funerárias é que estão fazendo esse papel, aí fica o comprometimento até com o serviço funerário municipal que tem que ter um escalonamento com relação a plantões e feitura de funerais. Isso de repente compromete as funerárias com o serviço público municipal e com a própria segurança pública. Então o que nós queremos é que não fique apenas no discurso político da cobrança, nós queremos fazer desta Comis-



são de Segurança Pública um meio de cobrança sim, de exigência por uma melhor segurança. mas, também, orientar, dar pareceres, dar informações até, enfim, de fazer com que passe por esta Casa aqui um estudo aprofundado.

Agora mesmo a "Folha de Londrina" durante esta semana, todos os dias, tem citado o alto índice de violência e em Londrina a população toda está se armando. Será que o caminho é a população se armar ou o caminho é a polícia desarmar os bandidos e tranquilizar a população. É esta a situação que a gente queria colocar.

Com aparte o Deputado Cezar Silvestri.

**O Sr. Cezar Silvestri** - No caso específico dos módulos policiais onde existe a política do Governo do Estado de acabar com os módulos policiais, eu acho que, como sugestão, o Sr. como Presidente da Comissão de Segurança Pública, nós temos o dever de fazer com que o Governo reveja esta questão.

A maior reivindicação, principalmente para os Deputados do interior, é que seja construído, inclusive existe a disposição das Prefeituras de construir os módulos policiais. Pois está comprovado que os bairros onde tem módulo policial o índice de criminalidade diminui sensivelmente.

Então nós temos que lutar para que seja revista esta posição da Secretaria de Segurança.

Quanto ao Instituto Médico Legal que o Sr. estava comentando o caso de Curitiba, o caso de Guarapuava, para o Sr. ter uma idéia, foi inaugurado há 2 anos, quando esteve lá o ex-Governador Álvaro Dias e inclusive estava o candidato a Governador, Roberto Requião, foi inaugurado e até hoje não tem móveis no Instituto Médico Legal e nem funcionários para tocar o prédio que foi construído.

Então acredito que a questão de Segurança é séria, foi colocada como prioridade pelo Governo do Estado e infelizmente não está se agindo dessa forma.

Bra isso, Sr. Deputado.

**O SR. ALGACI TÚLIO** - Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti)** - Antes de prosseguirmos no Horário das Lideranças, esta Presidência registra com satisfação a presença, neste Plenário do Prefeito de Reserva, João Cheremetta e seu filho.

Registra também a presença dos seguintes Prefeitos: Ademir Bier, de Marechal Cândido Rondon; Lídio Schneider, de Mercedes; Hélio Laurindo, Três Barras do Paraná, sendo que o Hélio preside também a Associação dos Municípios do Oeste do Pa-

raná.

Antes ainda de concedermos a palavra às demais Lideranças que estão com o Horário para ser ocupado, solicito a atenção dos Srs. Deputados para a leitura de Ofícios do Sr. Governador que chegaram a esta Assembléia há instantes atrás e que serão lidos pelo 1º Secretário dessa Sessão, Deputado Dirceu Silveira Manfrinato.

**O SR. 1º SECRETÁRIO (Dirceu Manfrinato) - (Lê):**

"Ofício nº 722/93

Curitiba, 13.04.93.

Senhor Presidente.

Nos termos do disposto no artigo 87, inciso XI, da Constituição do Paraná, encaminho a Vossa Excelência o Balanço Geral das contas da administração Direta e Indireta do Estado, relativo ao exercício de 1992, acompanhado do Relatório de Execução Física do Orçamento e do Relatório de Controle dos Bens Patrimoniais.

Atenciosamente,

ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor

Deputado ORLANDO PESSUTI

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

N/ CAPITAL

Mensagem nº 009/93

Curitiba, 14 de abril de 1993.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa o anteprojeto de lei que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração dos Orçamentos do Estado relativos ao exercício financeiro de 1994, dando cumprimento ao disposto no artigo 133, parágrafo 3º, em consonância com o artigo 22, inciso II, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

O anteprojeto de lei que ora encaminho, foi estruturado visando o aperfeiçoamento dos trabalhos relativos à elaboração dos Orçamentos do Estado, estabelecendo-se no Capítulo I as Prioridades da Administração Estadual.

O Capítulo II trata da Organização e das Estruturas dos Orçamentos, respeitados os princípios constitucionais.

O Capítulo III define as Diretrizes Gerais para a Elaboração dos Orçamentos do Estado e Diretrizes Específicas do Orçamento Fiscal, Próprio da Administração Indireta e de Investimento relativo às Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.

Trata também este Capítulo das Vinculações Constitucionais das Receitas do Tesouro Estadual, das despesas vinculadas por contrapartida a contratos de emprésti-



mo e financiamento; e do orçamento do Poder Legislativo, ao qual são destinados recursos de até 3% (três por cento) da receita de arrecadação própria do Estado nos termos do Art. 138 da Constituição Estadual. Ao Poder Judiciário estão destinados até 6% (seis por cento) das receitas de arrecadação própria do Estado, exceto das receitas vinculadas, percentual este que se tem mostrado adequado às necessidades de recursos daquele Poder.

O Capítulo IV dispõe sobre as Alterações na Legislação Tributária referente ao exercício.

O Capítulo V trata de outras Disposições a serem incluídas nos Orçamentos de 1994.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias encaminhada pelo Poder Executivo para discussão no Poder Legislativo, constitui-se num mecanismo de aprimoramento do processo de elaboração orçamentária e conseqüentemente de melhor gerenciamento dos gastos públicos.

Valho-me da oportunidade para reiterar a Vossa Excelência as expressões de minha mais alta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado"

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Informamos aos Senhores Deputados que no decorrer da semana que vem faremos publicar avulsos dessa Mensagem do Senhor Governador. Todos sabemos que a mesma será encaminhada agora às comissões competentes - em especial à Comissão de Orçamento - para que possa na comissão ser discutida e evidentemente receber, quando tramitar neste Plenário, as emendas dos Senhores Deputados.

Mas, para que todos tenham conhecimento do inteiro teor nós faremos com que seja publicado em avulso, ou seja da Mensagem tirado fotocópias para que os Senhores Deputados possam já ir analisando previamente.

No Horário das Lideranças com a palavra o Deputado Lourenço Fregonese.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Senhor Presidente, Senhores Deputados, é com satisfação que usamos a tribuna na tarde de hoje para dizer que após uma reunião bastante tensa foi conseguido, através do entendimento, o acordo para a agricultura do Litoral do Paraná. Após diversas discussões, em alguns momentos até para a agressão física entre os componentes da reunião que se estabeleceu no IBAMA no dia de ontem, chegamos a um consenso, e hoje quarenta mil agricultores do Litoral do Paraná têm condições de plantar e de explorar a mata nativa.

Nós gostaríamos de agradecer neste mo-

mento a Assembléia Legislativa através do Deputado Luiz Carlos Zuk, que esteve conosco o dia inteiro lutando por essa conquista, o IBAMA, ACARPA, a EMATER, a IMBRAPA, órgãos ecológicos, a Secretaria de Abastecimento e também a Secretaria de Meio Ambiente; em especial ao Governador Roberto Requião que não teve receio em analisar o documento elaborado por todas essas entidades, receio esse que em dado momento passou a existir através da Secretaria de Meio Ambiente, onde o seu Secretário, de forma medrosa pediu que o seu emissário assinasse por ele para que o documento tivesse validade duvidosa. Não aceitamos essa decisão, fomos ao Governador, este Deputado e o Deputado Zuk, e o Governador do Estado não vacilou, e isso nós queremos enaltecer, que o Governador não foi frouxo como foi frouxo o seu Secretário, e nós estamos satisfeitos porque a partir de agora o Litoral do Paraná tem condições de plantio, tem condições de subsistência. E esperamos, e contamos com os Senhores Deputados, principalmente Deputados de regiões madeireiras, como Nereu Moura, como o Rossoni, como o Annibelli, como o Bifon, como o Cezar Silvestri, que no dia 20, na sede do IBAMA estejam presentes porque o destino do Paraná estará em jogo.

Toda a economia do Estado do Paraná, no que se refere a extrativo vegetal, estará em jogo no dia 20 de abril na sede do IBAMA. Esperamos que Deputados que representam esta Região estejam presentes, porque a coisa é bastante séria e se não for feito um trabalho muito grande de vigilância, correm os Srs. Deputados o risco de verem o desemprego em massa e a economia de sua Região totalmente relegada por um decreto.

O Sr. Algaci Túlio - Permite um aparte?  
(Assentimento).

Quero cumprimentar o seu trabalho, o trabalho do Deputado Zuk, das grandes lideranças do Litoral, os Prefeitos do Litoral que têm sofrido, na verdade, esta situação toda aí. V.Exa. convoca membros da Assembléia para o dia 20 no IBAMA, é bom também convocar e seria interessante que a Comissão de Meio Ambiente e Ecologia também se faça presente, porque afinal de contas trata-se de uma questão do meio ambiente e é importante que a mesma se faça presente.

Gostaria também de dizer que apesar desta situação que se criou com a cultura do nosso Litoral, em especial do agricultor mais pobre, preocupa-me bastante.

Na semana passada, dei entrada nesta Casa, de pedido de informações que diz respeito à exploração indiscriminada que está havendo nos mananciais na nossa Serra

do Mir, com relação à exploração de pedreiras, especialmente na região de Quatro Barras e Piraquara. Não podemos permitir que isto continue acontecendo porque ao mesmo tempo que se tentou bloquear o trabalho da subsistência do pequeno agricultor do Litoral, permite-se que grandes empresas continuem explorando e explodindo dinamite em nossos mananciais, o que pode provocar em futuro bem próximo dificuldade de abastecimento de água para Curitiba, Região Metropolitana e para toda esta Região.

Por isto que também invoco neste momento, aproveitando o gancho, e ao mesmo tempo em que cumprimento o trabalho da Assembléia na sua pessoa e do Deputado Zuk, que a Comissão de Meio Ambiente também participe, esta Comissão que tem agora como Presidente o Deputado Neivo Beraldin e a minha pessoa como vice-Presidente, lá estaremos para discutir a questão do meio ambiente que é uma coisa muito séria. Precisamos trazer para esta Casa estas grandes discussões. Não pode ficar no âmbito do IBAMA, do Palácio Iguazu, tem que ser discutida aqui dentro da Assembléia, onde representamos os segmentos da sociedade.

Muito obrigado e parabéns.

O Sr. Luiz Henrique Bona Turra - Permite um aparte?

(Assentimento).

Deputado Lourenço Fregonese, creio que o pronunciamento de V.Exa., apaixonado, deva merecer uma reparação. O Secretário de Estado do Meio Ambiente é pela própria natureza Secretário que deve pleitear e pugnar pelos interesses mais gerais na preservação ambiental. Não é um secretário das madeiras, nem o secretário dos interessados na exploração econômica que ainda que legítima, tem finalidade de lucro.

Portanto, inaceitável a posição de V.Exa. procurando estabelecer contradição entre a posição do Governador do Estado e seu Secretário de Meio Ambiente. A posição de Governo é uma posição unitária. O Secretário de Estado do Meio Ambiente tem uma posição política de defesa dos interesses ambientais no Estado do Paraná. E não se pode estabelecer categoria medo para a reserva que deve ter este Parlamento e que devem ter os setores responsáveis do Estado em relação aos interesses econômicos que cercam a exploração de reservas florestais em nosso Estado.

Portanto, é fundamental que possamos preservar a autoridade do Secretário do Meio Ambiente porque vulnerar a sua autoridade pode atender aos interesses dos madeireiros e de outros agentes econômicos atuantes no Estado do Paraná. Mas, com certeza, não atende os interesses daqueles

que desejam preservar ainda o que resta de floresta e o que resta de preservação ambiental no Estado do Paraná. Portanto, esta reserva, este reparo ao pronunciamento.

Mas, isso não invalida o esforço que Vossa Excelência vem fazendo na defesa de interesses que são legítimos, mas que precisam ter a visão, o controle e a fiscalização do aparelho estatal e em especial a Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

Parece-me então que a reserva e a cautela que teve o Secretário do Meio Ambiente, se referem a cumprimento de missão institucional do Secretário Estadual de Meio Ambiente e não a qualquer outra categoria, especialmente medo de tomar decisão.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Gostaria de responder ao Deputado Bona Turra que da minha parte nenhuma reclamação é cabível. Volto a repetir, o Governador foi firme e o Secretário é frouxo. E quero dizer mais, não é um problema de ecologia, é um problema técnico, um problema que se o Governo do Estado escutasse um outro Secretário, Secretário da Agricultura que tem andado esse Paraná, que conhece, que tem as mãos sujas de terra, que conhece alguma coisa, não estaríamos cometendo essas ignorâncias de considerar mata atlântica até o Pacífico, não estaríamos considerando áreas de pinus de reflorestamento com mata atlântica.

O que nós queremos nesse Estado é que se preserve a ecologia, mas que se faça a ecologia de modo racional, de modo correto, não queremos decretar a fome e a falência do Estado do Paraná, simplesmente que o Governo ponha técnicos e não didáticos nas suas Secretarias, que dê valor aos engenheiros agrônomos e que esqueça os psiquiatras em secretarias que não lhe cabem o caso.

Agora, vou dizer uma coisa, quando a população vai à porta de uma prefeitura ou ao gabinete do Deputado com fome, alguma coisa tem que ser feita. Não se preserva uma banana e se mata uma pessoa de fome!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Horário das Lideranças, com a palavra o PSDB.

(Declina).

PMDB.

(Declina).

Encerrado o Horário das Lideranças. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 45 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Mensagem n° 009/93, subscrita pelo Senhor Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de Lei que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração dos Orçamentos do Estado relativos ao exercício financeiro de 1994. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Ofício ATG 0722/93, subscrito pelo Senhor Governador do Estado, constante do expediente encaminhando Balanço Geral das Contas da Administração Direta e Indireta do Estado, relativo ao exercício de 1992, acompanhado do relatório de Execução Física do Orçamento e do Relatório de Controle dos Bens Patrimoniais. Encaminhe-se ao Egrégio Tribunal de Contas para Parecer Prévio.

Ofício n° 1066/93, subscrito pelo Senhor Deputado Dalton Machuca, constante do expediente, comunicando sua mudança de agremiação político partidária, ocorrida na data de 12 do corrente mês, para o Partido Trabalhista Brasileiro. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Severino Félix, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 054/93, de autoria do Deputado Nereu Moura, corrige a redação do Art. 1° da Lei n° 9.183, de 08/01/90, que criou o município de Bom Sucesso do Sul. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J. **Aprovado o substitutivo geral, artigo por artigo.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 327/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 55/91, que transforma a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, em autarquia, dotada, nos termos do art. 7°, inciso I, da Lei n° 8485 de 03 de junho de 1987, de personalidade jurídica de direito público, autônoma de gestão administrativa, financeira e patrimonial, tendo vinculação à Secretaria do Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente - SEDU. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. COM EMENDA DO PODER EXECUTIVO - MENSAGEM N° 123/92, com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. (Public. no D.A. n° 94

de 12.08.91).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 327/91  
MENSAGEM GOVERNAMENTAL N° 55/91

P A R E C E R :

SÚMULA: Transforma a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, COMEC, em autarquia, dotada, nos termos do art. 7°, inc. I, da Lei 8485 de 03.06.87, em personalidade jurídica de direito público, autônoma de gestão administrativa, financeira e patrimonial, tendo vinculação à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente - SEDU.

Analisando o presente projeto de lei no que diz respeito aos seus aspectos constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa, não encontramos óbices à sua tramitação regimental, até final deliberação pelo douto e soberano Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.08.93

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente  
RAFAEL GRECA DE MACEDO - Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 327/91

P A R E C E R :

O presente plano de lei de autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem Governamental n° 55/91, tem como objetivo transformar a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, em autarquia, dotada, nos termos do art. 7°, inciso I, da Lei n° 8485, de 03 de junho de 1987, em personalidade jurídica de direito público, autônoma de gestão administrativa, financeira e patrimonial, tendo vinculação à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente - SEDU.

Sobre a matéria, em sua parte legal, constitucional, jurídica e de técnica legislativa, já foi emitido parecer favorável, pela douta Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Finanças não há nada que obste a tramitação do referido projeto de lei neste Poder.

Sendo assim, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.08.93

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
MÁRIO BEZERRA - Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 327/91

MENSAGEM GOVERNAMENTAL N° 132/92

P A R E C E R:

A presente Mensagem Governamental, em aditamento à Mensagem n° 55/91, que transforma a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, dotada, nos termos do artigo n° 7, inciso I da Lei n° 8485 de 03.06.87, de personalidade jurídica de direito público, em autônomo de gestão administrativa, financeira e patrimonial, tendo vinculação à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente; vem a ela fazer modificações.

Esta Comissão de Constituição e Justiça é chamada a opinar quanto a constitucionalidade e legalidade da mesma.

Somos de parecer favorável, pois nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.12.92

(aa) TOTI COLAÇO - Presidente  
Oswaldo Trevisan - Relator

EMENDA DO PODER EXECUTIVO

MENSAGEM N° 123/92

PROJETO DE LEI N° 327/91

Em aditamento à Mensagem n° 55/91, de 6 de agosto de 1991, tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência a fim de solicitar providências no sentido de que no texto do Projeto de Lei n° 327/91, por ela encaminhado e ora em tramitação nessa augusta Casa sejam apostas as seguintes modificações:

I - inclusão, no art. 3°, do inciso XXIII, com a redação abaixo, renumerando-se o inciso de igual número lá contido para XXIV:

"XXIII - o planejamento, a programação, a coordenação, a direção, o controle e a execução de estudos de viabilidade técnico-econômica para fixação e atualização de tarifas e outras atividades pertinentes ao gerenciamento do sistema de transporte coletivo de passageiros na Região Metropolitana de Curitiba".

II - inclusão, no art. 4°, de inciso V, com a seguinte redação:

"V - Diretor de Transporte Metropolitano"; e

III - inclusão, no art. 10, de inciso IV, com a seguinte redação:

"IV - um cargo de Diretor de Transporte Metropolitano, símbolo DAS-3".

O aditamento ora solicitado decorre da necessidade de que a autarquia Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC n° 327/91, tenha sua estrutura readequada em razão do disposto no Decreto n° 1660, de 21 de outubro de 1992, através do qual foram atribuídas à atual COMEC compe-

tências pertinentes ao gerenciamento do Sistema de Transporte Coletivo da Região Metropolitana de Curitiba, com o que, seguramente, haverá sensível melhoria na prestação de tais serviços ao grande número de usuários que deles se utilizam.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

Lembramos aos Senhores Deputados que nesta fase estaremos votando a Constitucionalidade do projeto por se tratar de 1.ª discussão.

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Com relação ao Projeto, Senhor Presidente, nós teremos, os Deputados, teremos algumas emendas apresentadas no sentido de aperfeiçoar o projeto, e nesse momento que se discute e se aprova a transformação da Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba em autarquia é fundamental, também, que se lembre que existe um projeto de lei de autoria da Bancada do PT, que leva o número 408/91 que estabelece os critérios gerais para a criação regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões no Estado do Paraná que, inclusive, regulamenta o artigo 21 da Constituição Estadual, fundado no artigo 25, § 3° da Constituição Federal.

O projeto que eu menciono, Projeto de Lei 408/91, é o gênero e o que nós estamos apreciando é a espécie. A COMEC é o órgão gestor da Região Metropolitana de Curitiba, e o nosso projeto estabelece critérios gerais para a criação das regiões metropolitanas, o seu funcionamento, a sua articulação, os seus princípios gerais.

Então, eu entendo que a matéria, sendo correísta e importante, também deveria ser trazida à apreciação deste Plenário. É um projeto que tramita nesta Assembléia, é um projeto importante, interessante, elaborado com o apoio técnico de pessoas da área e tenho certeza, também de que vem ao encontro do interesse do Estado do Paraná, principalmente a Região Metropolitana de Curitiba e as outras regiões que, eventualmente, poderiam ser criadas a partir da regulamentação desta Lei Complementar que nós estamos propondo.

Então, eu faço um apelo à Presidência desta Casa, que comanda o processo legislativo, que também olhasse com carinho esse projeto de lei complementar que o PT apresentou para que ele pudessem também ser apreciado o mais rapidamente possível e que sofresse, obviamente, o crivo deste Plenário e as opiniões,

os aperfeiçoamentos que se fizerem necessários.

Era isso, Senhor Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Os Senhores Deputados que aprovam permanecem como estão. **Aprovado.**

A Mesa ainda informa aos Senhores Deputados com referência ao Projeto de Lei 327/91 que o mesmo não constará da Ordem do Dia da próxima segunda e terça-feira da semana vindoura. Nós faremos com que o projeto retorne em segunda discussão da Sessão do dia 26 para que os Senhores Deputados possam, com mais tranquilidade, analisar o projeto e terem tempo para a apresentação das emendas.

Nós sabemos que diversos Deputados estão apresentando emendas, algumas já estão aqui anexas ao projeto, evidentemente que ainda não foram devidamente registradas, mas estão já aqui à Mesa.

Então, nós abrimos mais um espaço de uma semana para que os Senhores Deputados, principalmente os Deputados da região metropolitana de Curitiba, possam se aprofundar no assunto e no dia 26, segunda-feira, possa oferecer as emendas que nós as analisaremos.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 324/92, de autoria do Deputado Eurides Moura, que cria-se espaços alternativos para atividades produtivas na área industrial e na área agrícola nas dependências correlata e importante, também deveria da C.C.J. e C.A.L.C. (Publ. no D.A. n° 157 de 05.11.92)

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

AO PROJETO DE LEI N° 324/92

AUTOR: DEPUTADO EURIDES MOURA

P A R E C E R:

A proposição em epígrafe visa autorizar o Poder Executivo a firmar convênio com as municipalidades detentoras de armazéns do Instituto Brasileiro do Café - IBC a fim de criar espaços alternativos para atividades produtivas em áreas industrial e agrícola nas dependências cedidas pelo IBC.

No que concerne a juridicidade, o projeto em tela respeita as normas constitucionais e legais, estando, inclusive, sob a égide do art. 54, inciso XXI da Constituição Estadual.

Portanto, nosso parecer é favorável à normal tramitação nesta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.11.92.

((aa)) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ERNANI PUDELL - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA,

#### INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PROJETO DE LEI N° 324/92

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Eurides Moura, chega a esta Comissão o projeto de lei em epígrafe, que cria espaços alternativos para atividades produtivas na área industrial e na área agrícola nas dependências cedidas pelo IBC.

O projeto já obteve parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão, o presente projeto merece guarida pois trata de incrementar a economia dos municípios detentores de dependências do IBC, além de outros benefícios para as comunidades.

Nestas condições, opinamos favoravelmente a tramitação e posterior aprovação do projeto.

É o parecer!

Sala das Comissões, em 16.12.92.

((aa)) SEVERINO FÉLIX - Presidente

COSTENARO NETO - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 ((dez)) sessões do Projeto de Lei n° 324/92. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por ((dez)) sessões do Projeto de Lei n° 324/92.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 373/92, de autoria do Deputado Florisvaldo Fier, que dispõe sobre o livre acesso de sexagenários nos eventos promovidos pelo Governo do Estado do Paraná ou realizados em estabelecimentos ou instalações de propriedade do Estado, seja qual for a forma de cessão, e outros, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS C.C.J. (Publ. no D.A. n° 168 de 24.11.92).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 373/92

P A R E C E R:

O Projeto de Lei 373/92, de autoria do nobre Deputado Florisvaldo Fier, dispõe sobre o livre acesso dos sexagenários nos eventos promovidos pelo Governo do Paraná realizados em estabelecimentos ou instalações de propriedade do Estado.

Louvando a relevante iniciativa, parece-nos que inexistem quaisquer óbices à normal tramitação e aprovação da matéria nesta Assembléia Legislativa, pela qual opinamos favoravelmente.

Salvo melhor juízo, é o parecer.

Sala das Comissões, em 01.12.92.

((aa)) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

PAULO MAIA - Relator

Em votação.

O SR. RENATO ADUR - Para encaminhar, Senhor Presidente.

(Assentimento)

Esta Liderança entende, em que pese a boa intenção do Deputado Rosinha neste projeto, que os artigos 3º, 4º, 5º e 6º sofrem de flagrante inconstitucionalidade.

Nós, como hoje, nessa primeira discussão, estamos debatendo e colocando em discussão a constitucionalidade do projeto, opinamos pela votação contrária ao projeto do Deputado Rosinha.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em votação o projeto. Os Senhores Deputados que forem favoráveis ao projeto permaneçam como estão e os que forem contrários que se levantem. Está rejeitado o projeto.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, eu solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Os Senhores Deputados que forem a favor do projeto queiram levantar-se. 13 (treze) Senhores Deputados.

Os que forem contrários ao projeto, queiram levantar-se.

Treze a dezessete.

Está rejeitado o projeto.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 434/92, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, que declara de Utilidade Pública a "Associação de Proteção à Maternidade e a Infância - A.P.M.I.", com sede e foro no município de Formosa do Oeste. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. (Publ. no D.A. nº 185 de 15.12.92).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 434/92

P A R E C E R:

Em trâmite para análise por esta Comissão, o Projeto de Lei nº 434/92, de autoria do nobre Deputado Nilton Barbosa, visa declarar de Utilidade Pública a "Associação de Proteção à Maternidade e a Infância A.P.M.I.", com sede e foro no município de Formosa do Oeste.

Toda a documentação contida no presente plano de lei, está em perfeita concordância com a Lei nº 6994, de 10 de janeiro de 1978, legislação esta, que dita as normas para que as Sociedades Cívicas, Associações e Fundações, possam ser declaradas de Utilidade Pública.

Por tais fatos, emito o parecer Favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.04.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

COSTENARO NETO - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº

032/93, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a Creche Comunitária do Bairro São João, com sede e foro no município de Pato Branco. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. (Publ. no D.A. nº 07 de 01.03.93).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 032/93

AUTOR: DEPUTADO NELSON JUSTUS

P A R E C E R:

O projeto de lei em tela, de autoria do nobre Deputado Nelson Justus tem por objetivo propor a declaração de Utilidade Pública da Creche Comunitária do Bairro São João, com sede e foro no município de Pato Branco.

Ao analisar sob o ponto de vista constitucional, legal e regimental, o Projeto de Lei nº 032/93 se apresenta em condição de ser votado pelo Plenário desta Casa de Leis.

O nosso parecer é portanto favorável à sua tramitação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.04.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NELSON GARCIA - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 076/93, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Cândido de Abreu. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. (Publ. no D.A. nº 16 de 16.03.93).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 76/93

P A R E C E R:

Em trâmite para exame por esta Comissão, o Projeto de Lei nº 76/93, de autoria do nobre Deputado Orlando Pessuti, visa declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE - com sede e foro no município de Cândido de Abreu.

Toda a documentação contida no presente plano de lei, está em perfeita concordância com a Lei nº 6994, de 10 de janeiro de 1978, legislação esta que dita as normas para que uma entidade possa ser declarada de Utilidade Pública.

Por tais fatos emito o parecer Favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.04.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

COSTENARO NETO - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 099/93, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública

a Associação Beneficente dos Moradores das Paineiras "ASBEMOPA", com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. (Publ. no D.A. n° 24, de 30.03.93).

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 099/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Orlando Pessuti, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a "Associação Beneficente dos Moradores das Paineiras - ASBEMOPA", com sede e foro nesta Capital.

Verificamos que a farta documentação que instrui o projeto de lei em tela, atende perfeitamente a todas as exigências da Lei n° 6994, de 10 de janeiro de 1978.

Constitucionalmente a iniciativa é pertinente e a forma está adequada ao Regimento Interno deste Poder.

Diante do exposto nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 06.04.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

LUIZ ANTONIO SETTI

Relator

Em votação.

O SR. ALGACI TÚLIO (Para encaminhar) - Senhor Presidente, quero parabenizá-lo e ao mesmo tempo, dizer da minha preocupação, porque Vossa Excelência está invadindo a minha área, no meu vizinho conjunto Paineiras. Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Nós não estamos invadindo, estamos apenas nos somando ao grandioso esforço que Vossa Excelência desenvolve naquela região, Deputado Algaci Túlio.

Está aprovado o projeto.

O SR. ERIANI PUDELL (Pela Ordem) - Quero informar à Casa que a Comissão que trata da discussão da construção do gasoduto, ligando o Brasil à Bolívia, tem agendado para segunda-feira, às 9 horas da manhã, dia 26, uma reunião reservada na REPARQUE, Refinaria de Araucária aqui no Paraná, onde estará o Secretário Adjunto do Ministério das Minas e Energia, bem como o coordenador do Programa de construção do gasoduto. Após essa reunião, reserva, na parte da manhã, nós já agendamos também, a partir das 16 horas, no Plenarinho da Assembléia Legislativa, um debate, uma audiência aberta com os dois representantes do governo federal.

Nós temos a intenção e estamos fazendo contato para trazer dois técnicos. Um, representando os engenheiros da PETROBRÁS e também professor da UNICAMP, que é espe-

cialista em planejamento energético, estratégico e que também pretendemos trazer para o debate. A matéria é muito importante. É o Paraná, é o Brasil e eu faço um apelo para que todos os Deputados estejam presentes nesse debate que será esclarecedor e principalmente vamos convidar representantes de várias entidades, inclusive do governo dos Estados, dos municípios, das entidades empresariais, dos trabalhadores e da imprensa, de modo geral.

Então, eu apenas queria lembrar. Dia 26 é fundamental a presença dos Deputados dessa Casa, nesse debate, aqui no Plenarinho e aí nós teremos a posição oficial do governo federal sobre essa matéria, que é de muito interesse para o Paraná e o país.

O SR. LUIZ H. BONA TURRA (Pela Ordem) - Pela ordem para uma comunicação, Senhor Presidente.

Para comunicação do Plenário desta Casa, faço aqui vistas da comunicação subscrita pelo Coordenador Geral da União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas de Curitiba e também Coordenador Geral do Comitê Estudantil, integrado pela União Nacional dos Estudantes, União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, União Paranaense dos Estudantes Secundaristas, União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas, Diretórios Centrais das Universidades e Grêmios Estudantis.

A comunicação estranhando a posição adotada pela liderança do PDT, ainda esta semana, relativamente à manifestação que fazem realizar amanhã, às 9 horas, na Praça Tiradentes, dirige aqui convite a todos os Deputados da Assembléia Legislativa para que amanhã se integrem à mobilização, a partir das 9 horas, na Praça Tiradentes e de modo especial dirigem aqui o convite à Liderança do PDT, Deputado Paulo Maia, para também integrar-se à luta contra os reajustes abusivos das tarifas públicas e das mensalidades.

É a comunicação, Senhor Presidente.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Gostaria, em nome do PDT dizer da preocupação que temos, inclusive hoje pela manhã estivemos em reunião com o Prefeito Rafael Greca de Macedo, colocando-o a par de manobras politiquês, contrárias ao interesse da Cidade de Curitiba, saídas dos porões do Palácio Iguaçu, em especial do órgão de comunicação oficial que serve o Governo do Estado, Jornal Correio de Notícias, que hoje foi tendencioso, numa matéria que abria manchetes, dizendo de que os caras-pintadas vão sitiar a Prefeitura de Curitiba com relação à questão das passagens.

Isto é profundamente lamentável. É di-



reciclar um movimento sério, dos estudantes, que é um movimento nacional, para a questão das mensalidades e jogar para cima da Prefeitura Municipal de Curitiba uma situação bastante crítica.

Fica, aqui, mais uma vez, Senhor Presidente, o registro, em nome da Bancada do PDT, que não vai silenciar e vai jogar a responsabilidade do que possa ocorrer amanhã, com esta passeata, com a infiltração de elementos colocados pelos porões do Palácio, vai responsabilizar o Governador do Estado do Paraná a um prejuízo sequer que venha a ocorrer na Cidade de Curitiba!

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Pela Ordem, concedo a palavra ao Deputado Nereu Moura.

O DR. NEREU MOURA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, muito embora Vossa Excelência já tenha feito o registro da presença dos Prefeitos do Oeste do Paraná, gostaria eu, também, de registrar com satisfação a presença dos prefeitos honrados e trabalhadores da nossa região, que têm feito de forma honrada um trabalho que dignifica as administrações municipais.

Por isso, Senhor Presidente, é com honra que recebemos a visita do Prefeito de Marechal Cândido Rondon, do Prefeito de Três Barras, que também é o Presidente da AMOP, Prefeito pela segunda vez de Três Barras do Paraná. É uma satisfação muito grande, que prefeitos deste nível venham prestigiar as sessões deste Parlamento, prefeitos que têm trabalhado de forma forte para levar o Oeste do Paraná a ser uma região tão desenvolvida quanto as outras regiões do nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Pela Ordem, concedemos a palavra ao Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, novamente quero solicitar de Vossa Excelência uma resposta que a Mesa da Casa nos deve, sobre o requerimento que apresentamos no dia 24 de março e que pede informações à Mesa da Assembléia, a qual Vossa Excelência preside, sobre o andamento e a tramitação do relatório da Comissão Especial que averiguou uma denúncia do então Deputado José Affonso Júnior contra o Deputado José Arthur Ritti, e que este Deputado fez parte da Comissão que se dirigiu até Santo Antônio da Platina para fazer averiguações.

No dia 24 de março nós entregamos à Mesa um pedido de informações e citamos, inclusive, Senhores Deputados, no requerimento, um trecho que eu passo a ler do Relatório da Comissão, Deputado Mário Bezerra:

"Que as acusações formuladas na representação de autoria do Deputado José Affonso Júnior restaram de certa forma provadas e as provas indiciárias apontam o Deputado José Arthur Ritti como o envolvido no evento".

E, a Mesa da Assembléia diz que, já foi feito em 91, esta Comissão, e até o momento não informou, sequer, à Casa, esta Presidência de agora e a Presidência anterior, e que destino a Mesa deu a este relatório e o que será feito com ele, se há punições a serem impostas ou não, o que será feito.

Eu insisto, como Vossa Excelência há alguns dias passados nos informou que nos daria uma resposta, que nós tenhamos uma resposta do referido requerimento, para que a Casa, e nós, possamos dar respostas às informações e consultas que nos vêm de Santo Antonio da Platina, sobre a questão.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) A Mesa prestará as informações requeridas por Vossa Excelência durante a semana que vai iniciar, no dia 26 de abril.

Sobre a mesa, requerimentos n.ºs 844 e 845, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 853, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 847, de autoria do Senhor Deputado Colombino Grassano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 851, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 866, de autoria dos Senhores Deputados Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Geraldo Cartário e demais Senhores Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 846, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 850, de autoria dos Senhores Deputados Doutor Rosinha, Ovídio Constantino e Ernani Pudell, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 854, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 869, de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente. **Aprovado.**

A mesa conclama todos os Senhores Deputados para que não só nesse evento que



estamos anunciando do Simposio da Cafeicultura da maior importância para o Estado do Paraná, mas também com referência aos trabalhos da Comissão que discute o traçado, o trajeto que será percorrido pelo gasoduto, que propõe participar desses eventos a importância para o Estado do Paraná.

A Assembléia já se fez presente em tantas outras questões, como os debates que instituiu os Royalties sobre a energia elétrica de ITAIPU, a Assembléia esteve presente através dos seus Deputados Estaduais na questão do Projeto de Lei do Deputado Edil Siliprandi, a Assembléia se manifesta agora na questão do gasoduto, a Assembléia tem se manifestado na questão da duplicação da ferrovia que liga ao Porto de Paranaguá. Enfim, a Assembléia tem se apresentado em todos esses momentos a favor dessas causas que realmente interessam ao Paraná. E a questão da cafeicultura para nós que somos paranaenses e que nascemos e vivemos no interior do Paraná, todos sabemos da importância que foi esta atividade agrícola em nosso Estado.

Por esta razão a Mesa se soma à iniciativa do Deputado Manfrinato, bem como a toda essa movimentação, esse trabalho que se desenvolve hoje em favor de que o gasoduto tenha o seu ingresso no Brasil através do Estado do Paraná.

Em votação o requerimento do Deputado Manfrinato, em discussão.

**Aprovado.**

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Apenas reiterar a Vossa Excelência, aos companheiros Deputados da importância desse simpósio que os Senhores acabam de aprovar agora para transformarmos a sessão da Assembléia Legislativa do Estado, do dia 17, neste Encontro que não será um Encontro só a nível do nosso Estado, haverá possivelmente a participação do Governador de São Paulo, de Minas e do Espírito Santo que será oficializado pela Assembléia Legislativa do Estado os convites. E também do Ministro da Indústria e Comércio, a presença do Ministro da Agricultura e que hoje já temos criado em nosso País, o Departamento de Café, que poderá também estar presente hoje já indicado pelo Ministro José Eduardo Vieira que poderá discutir este tema conosco com relação ao setor cafeeiro do nosso Estado.

Uma das razões da importância é o retorno à cafeicultura ao nosso Estado e a movimentação de 11 milhões de sacas de café que se encontram nos armazéns do IBC do Paraná, somente no Estado do Paraná, que poderá transformar em espécie - com a venda desse produto, gerando assim um ICMS ao nosso Estado e evidentemente aos municípios de origem de produção.

Então, Senhores Deputados, Senhora De-

putada, eu gostaria de contar com a presença de todos os Deputados porque nesse Simpósio nós vamos discutir a questão da cafeicultura e gostaria de contar com o apoio e inclusive subsídio dos Deputados para que nós tenhamos o sucesso que almejamos neste Encontro. E quero agradecer o apoio da Assembléia Legislativa do Estado. Obrigado.

Requerimento n° 855, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 849, de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 856 e 857, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 859, de autoria do Senhor Deputado Paulo Maia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 860, 861 e 862, de autoria do Senhor Deputado José Alves, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 864, de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento n° 843, de autoria dos Senhores Deputados Lourenço Frejonese e Nereu Alves de Moura, constante do expediente. **Lido no expediente.**

Requerimento n° 863, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, com apoio dos Senhores Deputados Colombino Grassano, Cezar Silvestri e Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. NEREU ALVES DE MOURA (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do Artigo 155 do Regimento Interno.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, gostaria de registrar a presença em Plenário hoje da Prefeita de Guaíra do Oeste a Senhora Ada Silveira e seu esposo Osvaldino Silveira, ex-Prefeito daquele Município.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Devidamente registrado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira dia 19, à hora re-

gimental, com a seguinte

# ORDEM DO DIA:

## 3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.<sup>o</sup> 054/93

*(Discurso proferido pelo ministro José Eduardo Vieira, da Indústria, Comércio e Turismo, na abertura do VI Fórum da Liberdade, em Porto Alegre)*

Não é segredo para ninguém que a Constituição promulgada em 1988, e ainda não inteiramente regulamentada, envelheceu precocemente. Ela consolidou valores que perderam o sentido um ano depois, com a queda do Muro de Berlim e a dissolução do império soviético, além de ter cristalizado preconceitos, varridos dos códigos de comportamento das sociedades contemporâneas. Ainda bem que os constituintes tiveram o cuidado de prever a revisão de todos os dispositivos após cinco anos da promulgação, aprovada a feliz ideia nesse sentido dos senadores Ronan Tito (PMDB-MG) e Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP).

Em atendimento a esse espírito revisor, é preciso evitar repetir os erros que provocaram a senilidade infantil da Constituição ao longo do processo revisório. Hoje em dia, graças à experiência adquirida na vigência das normas constitucionais, é possível apontar como o maior desses erros a instituição de um Congresso Constituinte (ou seja, a concessão automática de poder constituinte ao Parlamento), no lugar da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte exclusiva e apartidária, que foi, durante muito tempo, a justa reivindicação da sociedade civil, durante o regime autoritário tecnocrático-militar.

Entregar novamente um cheque em branco ao Congresso Nacional para reaver a Constituição a seu bel prazer é reincidir no maior de todos os erros cometidos na redação da Carta Magna. Grande parte dos defeitos de fabricação da Constituição vem do fato de o Congresso Nacional, que a redigiu, ser composto graças a um sistema eleitoral viciado e distorcido, que permite a sub-representação de alguns Estados por conta da hiper-representação de outros, agraciados com injustos privilégios.

A melhor forma de consertar tal equívoco é convocar uma assembleia exclusiva e apartidária para fazer, por maioria simples, todas as modificações necessárias para adequar a Constituição da República aos novos tempos, os tempos atuais, após a derrubada do Muro de Berlim e a dissolução do império soviético.

e fico feliz em ver o governador gaúcho liderando a causa, que é uma bandeira correta e justa.

Urge, em minha opinião, garantir que a sociedade seja mesmo representada pelo Congresso. Isso significa que cada cidadão deve ter o direito de ser representado, em proporção igual à representação dada ao seu vizinho, ou seja, que a lei seja igual para todos. Para tanto, é necessário adotar algumas providências, que tentarei enumerar em seguida.

Não posso deixar de registrar, em primeiro lugar, meus amigos, que, ao contrário do que a maioria pensa, por causa da campanha publicitária nas emissoras de televisão e de rádio sobre formas e sistemas de governo, já em sua fase final, essa discussão não é prioritária, no atual momento político. Digo isso porque, em minha opinião, não é de fundamental importância decidir se deve ser mantido o Presidencialismo ou adotado o sistema parlamentar, se a República pode sobreviver ou se devemos voltar à Monarquia. Creio ser urgente mesmo, para o momento, a melhoria do sistema de escolha dos candidatos. Para isso, é necessário promover uma reforma eleitoral, que contemple as seguintes providências:

a) Voto facultativo no lugar do compulsório, porque voto é direito, não obrigação.

b) Voto distrital no lugar do proporcional, para aproximar o representante do representado.

c) Fim do voto de legenda, que ajuda muito a distorcer a representatividade parlamentar.

d) Calendário eleitoral mais racional.

e) Moralidade e transparência no financiamento das campanhas.

f) Fim da promiscuidade partidária, com a adoção da fidelidade partidária e menos liberalidade na autorização para funcionamento de legendas.

Reconheço, de qualquer maneira, que o plebiscito é um fato consumado e não adianta ficar discutindo sobre a validade, ou não, de sua realização. Por isso mesmo, a consulta popular precisa ter consequências. Ou seja, o plebiscito não pode ocorrer em vão.

Essa assembleia poderia ter de 100 a 200 cidadãos brasileiros, sem a obrigatoriedade da filiação partidária, havendo, no mínimo, um por cada Estado, mas sem tetos para representação para evitar a atual distorção da proporcionalidade. Tais representantes seriam eleitos apenas

## 2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.<sup>os</sup> 434/92, 032/93, 076/93 e 099/93.

## 1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.<sup>os</sup> 019/93, 042/93, 100/93, 103/93 e 104/93.

Levanta-se a sessão.

com esse objetivo em pleito específico para tanto. Isso daria a legitimidade da verdadeira representação popular para promover tais modificações.

Por não ferir os dispositivos imutáveis do artigo 60, parágrafo 42, da Constituição vigente (a integridade da federação, a separação dos poderes, a garantia dos direitos individuais e os direitos políticos do cidadão), a convocação de uma assembleia revisora exclusiva e apartidária, consagrando o preceito de "cada cidadão, um voto", pode vir a ser efetivada por emenda, aprovada por três quintos das duas casas do Congresso Nacional.

Urge que tal mudança seja feita. O Brasil precisa dela para voltar a crescer. A Carta reformada, tal como ocorreu no exemplo recente de Portugal, onde a Constituição da Revolução dos Cravos foi modificada para servir de ponto de partida para a nova etapa de crescimento do país, deverá ser o verdadeiro pacto social, o grande documento de acordo da sociedade brasileira, em torno do qual se estabelecerão as condições para a retomada do desenvolvimento, o fim da recessão e do desemprego. O Brasil não pode mais ficar esperando e adotando paliativos. Para tanto, a revisão constitucional deve ser promovida por uma assembleia exclusiva, desvinculada dos interesses dos donos da política no País.

Vou dar aqui o exemplo mais dramático entre tantos. Não tenho a menor dúvida de que não vai ser possível enfrentar, sem medo e sem pudor, a questão da crise da representatividade no sistema político brasileiro, se couber aos congressistas a decisão de como será o sistema eleitoral pelo qual serão eleitos os governantes do Brasil. Afinal de contas, deputados e senadores são os maiores interessados em que o sistema de escolha dos membros do Congresso Nacional permaneça como está agora. Não serão eles justamente os maiores beneficiários desse sistema?

O governador deste Estado do Rio Grande do Sul, Alceu Collares, está coberto de razão quando reclama dos privilégios de Norte, Nordeste e Centro-Oeste e dos prejuízos do Sudeste e do Sul do País, na representação parlamentar. As distorções, ensaiadas já na Constituição liberal de 1946, mas consagradas pelo pacote de abril do regime tecnocrático-militar de 1964 e reforçadas na Constituição em vigor, permitem a existência de deputados federais eleitos

com menos de mil votos, enquanto candidatos que obtiveram 50 mil não ocupam cadeira na Câmara. Em abril do ano passado, denunciei esta distorção absurda na tribuna do Senado

Como principal consequência de sua realização, devemos antecipar a revisão da Constituição, prevista, em disposição transitória, para outubro próximo. Na verdade, não existe explicação lógica para essa revisão não se iniciar logo depois de conhecido o resultado do plebiscito, daqui a nove dias. Nesse sentido, já apresentei emenda constitucional, apoiada por vários senadores e elogiada, em plenário do Senado Federal, pelo presidente do Congresso Nacional, senador Humberto Lucena, do PMDB. A antecipação da revisão, permitindo que a Carta esteja definida e pronta ainda este ano, dotará o Brasil de um arcabouço jurídico exequível já ao longo de 1994.

Mesmo assim, depois de minha proposta, tenho lido nos jornais e nas revistas a sugestão de muitos parlamentares de que a revisão constitucional não apenas não seja antecipada como até mesmo não venha a ser

realizada em outubro, mas postergada. Já apareceu até quem tenha dito, na maior desfaçatez, que não existe nenhum dispositivo que dê algum prazo para a revisão da Carta.

Ora, a única justificativa para atrasar a revisão constitucional seria aceitar passivamente o fato de que não temos maturidade nem experiência para aperfeiçoar a Constituição vigente. Ou seja, estariamos admitindo que a Constituição reformada seria pior do que a promulgada em 1988. Não creio nessa hipótese, meus amigos. Por menos perfeita que venha a ser a revisão, ela certamente vai melhorar o texto constitucional. E se formos esperar a perfeição, quando a alcançaremos? Quando teremos, enfim, a maturidade e experiência necessárias para o aperfeiçoamento da Carta Magna?

Se postergarmos a revisão constitucional, perderemos mais dois anos, os de 1994 e 1995. Não posso, portanto, concordar com os parlamentares que estão propondo o adiamento da discussão revisora para depois da posse do presidente da República, a ser eleito em 1994. Tra-

ta-se como logo se pode ver, de um sofisma perigoso e mal-intencionado. O que esses líderes políticos desejam mesmo, meus amigos, é tomar conta da Constituição, e se assenhorar dela. Eles contam, em primeiro lugar, com a vitória líquida e certa da forma republicana e do sistema presidencialista de governo no plebiscito do dia 21.

Caso o resultado lógico, anunciado pelas pesquisas de opinião pública, se confirme, esses dirigentes políticos tentarão fazer campanha no palanque de algum candidato que seja o eventual vencedor da eleição presidencial. Então, tais grupos querem estar numa posição de força para comandar o processo revisor da Constituição da República, e não apenas dele participar, como todos nós, cidadãos brasileiros comuns. Nós, os democratas de verdade, não podemos permitir que, no Brasil, até a Constituição tenha danos.

O desafio, agora, é evitar que a Constituição tenha donos. Vamos fazer uma Constituição que seja de todos os brasileiros, não de meia dúzia de líderes políticos espertos.